

## ATA Nº 2.124 DA 17º LEGISLATURA

### SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2.015.

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 18:00hrs reuniram-se os Senhores Vereadores na Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Piratuba/SC sob caráter ordinário, sob a Presidência da Vereadora Sra. Marli Nadir Ubiali Buselato. Esta verificando de que há quorum legal, conforme livro de presenças, invocando a proteção de Deus para que ilumine os trabalhos, dá por aberta a Sessão. Após a presidente solicita a secretária que faça a leitura da Ata da Sessão Ordinária do dia 04/08/2.015. Após a leitura coloca a mesma em discussão. Não havendo nada a discutir a Presidente coloca a ata em votação a qual foi aprovada por unanimidade. Após a Presidente solicita que a secretária faça as leituras das Correspondências. **DE DIVERSOS:** Ofício da Celesc. **DO EXECUTIVO:** Mensagem Nº 37/2.015 – do Projeto de Lei Nº 32/2.015 – Abre crédito suplementar por conta da anulação parcial ou total no valor de R\$ 16.000,00 e dá outras providências, Mensagem Nº 38/2.015 – do Projeto de Lei Nº 33/2.015 - Abre crédito suplementar por conta da anulação parcial ou total no valor de R\$ 1.431.729,22, pelo superávit financeiro no valor de R\$ 200.000,00 e Excesso de arrecadação no valor de R\$ 105.000,00, totalizando R\$ 1.736.729,22 e dá outras providências. **DO LEGISLATIVO:** Requerimento do Vereador Luiz Gomes – que solicita cópia dos Editais de Licitação do Evento Abertura da Temporada, dos anos de 2.011, 2.012, 2.013 e 2.014, Requerimento do vereador Luiz Gomes – que solicita relação de Pessoas/Servidores que se aposentaram desde o ano de 2.005, sem ter completado sessenta anos, e que recebem a complementação do salário pela Prefeitura Municipal, Indicação Nº 15/2.015 – Solicita que seja colocada lombada na Rua Domingos Benjamini. – do vereador Luiz Gomes. **ORDEM DO DIA:** Após as leituras a Presidente coloca em discussão o Regime do Projeto de Lei Nº 33/2.015 - Abre crédito suplementar por conta da anulação parcial ou total no valor de R\$ 1.431.729,22, pelo superávit financeiro no valor de R\$ 200.000,00 e Excesso de arrecadação no valor de R\$ 105.000,00, totalizando R\$ 1.736.729,22 e dá outras providências. O vereador Ivo diz ser favorável ao regime. O vereador Celso diz que não é muito a favor do regime, porque vem esses projetos grandes e acaba não se analisando muito bem, analisando com pressa, mas também não vai ser ele quem irá segurar o projeto. O vereador Alcides diz que começa a chegar na metade do ano, começa a vir esses projetos de suplementação e a gente tem uma semana para analisar esse projeto. Não havendo mais nada a discutir a Presidente coloca em votação o regime do projeto o qual foi aprovado por unanimidade. Após a Presidente coloca em discussão o requerimento

do vereador Luiz Gomes sobre cópia dos Editais de Licitação. O vereador Luiz diz que todos os vereadores são sabedores que esse ano o Ministério Público cancelou o edital da Abertura da Temporada e até hoje falou com a Martha se não dava para segurar, porque na verdade deveria ter pedido do ano de dois mil e dez junto, porque no ano de dois mil e dez saiu o edital no início com o mínimo de noventa e oito e chegou a cento e vinte e cinco mil reais e no próximo ano ficou aproximadamente em três mil, e em dois mil e doze aproximadamente sete mil reais, então é uma coisa que é preciso fiscalizar e ver isso aí e ver o porque que outras empresa de fora não podiam chegar a fazer, porque nesse ano veio uma empresa de fora e recorreu e o Ministério Público acatou, então queria a colaboração dos colegas para que fosse aprovado esse requerimento. O vereador Ivo diz ser favorável ao requerimento, acha que é de direito do vereador e obrigação de fiscalização, não sabia desses valores, e também se preocupa, pois acompanhou um pouco pelo noticiário a questão da anulação do edital e as vezes se preocupa também quanto as licitações, não sabe exatamente o que estava na licitação e a gente sabe que a empresa que fez a festa nos últimos anos é capacitada para este evento e preocupa também quando o município não pode limitar quem participar, mas é um evento que se algo der errado quebra Piratuba, não sobra nada, acompanhou também pelos noticiários que aconteceu um evento por aí que chegou na hora e não tinha banda, então tudo isso é uma preocupação, porque é um evento com mais de quinze mil pessoas que circulam por aí e nada pode dar errado, porque do contrario se sabe que há problemas sérios, mas é favorável ao pedido. O vereador Alcides diz que também com certeza é favorável, também ouviu nos noticiários e no jornal e vê da seguinte forma, que o vereador falou bem certo que sobre essa abertura da temporada, que nada pode errado, mas quem vai participar da licitação com certeza vai cumprir o que prometeu, mas se o município achar que não deve fazer, acha que não deveriam fazer, porque essa abertura da temporada não dá lucro, oitenta por cento do povo que vem não gasta nada aqui, trazem até bebida de fora, ou no máximo o que compram é a bebida e fazem um escambal na cidade e não gira muito dinheiro no comércio na verdade, então se é para fazer que se faça bem feito, e é favorável ao requerimento, pois pelo que o vereador levantou por favor. O vereador Celso diz que é bom os vereadores ficarem sabendo, mas indiferente de passar por esta casa, o vereador tem direito, qualquer pessoa tem direito de saber isso, não tem nem o que discutir. A vereadora Ivanete diz que o que preocupa é que se ganha uma empresa que não tem muita experiência, porque é o nome de Piratuba, se a empresa não fizer um evento de sucesso, porque para os jovens nunca tem nada, é a única coisa que é feita durante o ano é essa abertura de temporada, mas é favorável ao requerimento. Não havendo mais nada a discutir a Presidente coloca o requerimento em votação o qual foi aprovado por unanimidade. Após a Presidente coloca em discussão o requerimento do vereador Luiz Gomes sobre aposentadoria dos servidores. O vereador Luiz diz que foi procurado por alguns funcionários que foram

aposentados e na realidade também se enganou porque seria de dois mil e dez para frente, pois se aposentaram e não ganharam a complementação de salário e outros funcionários até a última administração ganharam e agora a atual administração deixou de pagar, então eles solicitaram que fizesse um pedido da relação dos funcionários que são aposentados e que recebem esse valor da prefeitura. O vereador Alcides diz que na verdade também foi procurado, não só por um, mas por vários servidores que se aposentaram nos últimos anos, eles alegam não ter recebido essa complementação, então até no ano de dois mil e treze quando foram ao tribunal de contas com o prefeito, com a Dra. Viviani e o Dr. Noel por causa do plano diretor e na oportunidade o prefeito conversou com o pessoal do tribunal de contas que tem que seguir as regras da Constituição Federal, que tem que ter sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição para que possa receber a complementação, então por isso acha que o prefeito não está pagando, por conselho do tribunal de contas, mas não é contra que o vereador peça com requerimento. A vereadora Ivanete diz que o problema é que foi feita uma lei, foi aprovada que o funcionário que não se aposentasse integral a prefeitura fazia o repasse, agora não sabe, mas a lei daqui então teria que se adaptar. O vereador Alcides diz que no estatuto do servidor público dia que tem que ter sessenta de idade e obedecer o que diz a constituição federal, a nossa assessora está aí e pode falar. O vereador Luiz diz que esteve em um curso junto com o vereador Ivo e fizeram a pergunta e a professora falou que na cidade de Descanso recorreram judicialmente e ganharam todas, mas é preocupante, porque se todo mundo que se aposenta ganhar vai dar um bom dinheiro, mas segundo a professora ela disse que se o aposentado entrar judicialmente ganha. O vereador Celso diz que a opinião do prefeito hoje é que se essa pessoa que está na justiça ganhar ele vai pagar para todos, quer dizer que ele não está pagando, porque se ele pagar a perder lá na justiça, ele vai ter que devolver o dinheiro. O vereador Alcides diz que o conselho do tribunal de contas foi para que não pagasse, por isso que ele não está pagando, agora como o vereador Celso colocou, se aquele que está na justiça ganhar ele vai pagar para todos, agora ele não vai poder pagar se a justiça decidir que não deva pagar. O vereador Luiz diz que se alguém não entrar judicialmente aí ele não paga ninguém. O vereador Celso diz que tem vários casos, como o do Doner, do Tino, tem várias pessoas que se aposentaram e não estão recebendo a complementação. O vereador Ivo diz que é favorável também a essa relação de quem está sendo beneficiado por esta complementação e como funcionário é claro que torce pelos funcionários porque também é funcionário, gostaria muito que o pessoal ganhasse na justiça e teria essa complementação, e participou de um congresso da UVESC onde que o vereador Luiz participou e o município de Santa Helena, tem Santa Helena no Paraná, mas esse é Santa Helena em Santa Catarina e tem também a comarca de

Descanso e mais alguns municípios ao redor que os funcionários entraram na justiça e na primeira instância ganharam, ganharam sem ter contribuído para esse fundo igual o nosso caso, a gente sabe que Celesc, Epagri e em outras prefeituras para ganhar a complementação é necessário que haja a contribuição, tenha um Fundo e é o que o tribunal de contas também alega e foi dessa orientação que o vereador Alcides e o vereador Celso falaram que o tribunal de contas diz para não pagar porque é ilegal, houve na interpretação do estatuto do servidor na administração passada em pagar, então está esse impasse, realmente é complicado, mas Deus queira que se solucione da melhor forma. Os funcionários com certeza ficarão contentes, porém a nível de administração pode ser preocupante não já, mas num futuro, talvez não com funcionários que ganham menos, mas vamos pegar um exemplo de um médico mantenha um afastamento por motivo de saúde e tal e aí o município é obrigado a fazer a complementação também, a longo prazo ele se torna um problema para o município, mas como funcionário está torcendo para que o primeiro ganhe na justiça, pois no mais entra todos, aí se prova os trinta e cinco anos de contribuição e se aposenta, o fator previdenciário reduz e você faz o requerimento ao município e é obrigado a complementar, mas ao requerimento é favorável. O vereador Alcides diz que nesse município de Santa Helena deve constar no estatuto deles, para que eles possam receber esses valores. O vereador Ivo diz que até entrou no site e viu os processos que ganharam nesse município e aí na época entregou para a assessora aqui da câmara, a Viviani e ela pesquisou, eles ganharam em primeira estância, mas pelo que ela falou não sabe se eles já não teriam perdido em segunda estância ou iriam perder em segunda estância. A vereadora Ivanete diz que só para complementar, mas acha que com a mudança que vai ter agora, que a presidente anunciou não vai comprometer as prefeituras futuramente porque vai ter que somar x idade e mais x de anos de contribuição. Não havendo mais nada a discutir a Presidente coloca o requerimento do vereador Luiz em votação o qual foi aprovado por unanimidade. Após a Presidente coloca em discussão a Indicação Nº 15/2.015 – do vereador Luiz Gomes. O vereador Luiz diz que fica até chato voltar no mesmo debate aqui nessa casa a respeito de lombada, mas já foi procurado desde o ano passado para pedir essa lombada, porque não tem muitos moradores por ali, mas a velocidade que o pessoal passa rua, até estava comentando ontem com a Martha que tem o cunhado dela que mora ali e tem a igreja ali também que nos domingos tem carros estacionados dos dois lados da rua e logo, logo vai dar um acidente, eles passam a mil, e o seu Edi Bergamo diz que já falou com o secretário mas não tomaram providências e ali tem os netos, tem filhos dele, bastante criança pequena, então antes que aconteça uma tragédia ali que fosse feita uma lombada ou redutores de velocidade, seria melhor fazer antes que aconteça alguma coisa, porque depois que acontece não adianta

chorar. Não havendo nada a discutir a presidente coloca a indicação em votação a qual foi aprovada por unanimidade. Após a Presidente solicita a secretária que faça as leituras das Atas dos Parecer das Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto e Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas do Projeto de Lei Nº 27/2.015 – Abre crédito suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 8.334,29 e dá outras providências. Após as leituras a Presidente coloca o projeto em discussão. O vereador Luiz diz que na verdade já discutiram na reunião de comissões e esse valor é de um convênio que veio do Consórcio Machadinho, então só estão suplementando em outra conta, porque se não investirem tem que devolver, então é favorável. O vereador Ivo diz também ser favorável a essa suplementação para compra de equipamentos da Banda Municipal, pois eles se apresentam nos eventos e também acompanha os ensaios deles uma vez por semana ouvindo de longe, mas escuta, então com certeza é favorável a compra desses equipamentos com esses recursos que vieram da Machadinho Energética. Não havendo mais nada a discutir a Presidente coloca o projeto para sua primeira votação o qual foi aprovado por unanimidade. Após a Presidente solicita que a secretária faça as leituras das Atas dos Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto e Obras, Urbanismo, Serviços Públicos e Meio Ambiente e também da emenda apresentada do Projeto de Lei Nº 28/2.015 – Autoriza o Município de Piratuba a Integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – PIGIRS/AMAUC e dá outras providências. Após as leituras a Presidente coloca a emenda em discussão. Não havendo nada a discutir a Presidente coloca a emenda em votação a qual foi aprovada por unanimidade. Após a Presidente coloca em discussão o Projeto de Lei com a emenda aprovada. Não havendo nada a discutir a Presidente coloca o projeto com a emenda para sua primeira votação o qual foi aprovado por unanimidade. Após a Presidente solicita a secretária que faça as leituras das Atas dos Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto e Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social do Projeto de Lei Complementar Nº 04/2.015 – Altera a Lei Complementar nº 66/2.015, de 02 de Janeiro de 2.015, Dispõe sobre a alteração da estrutura da Lei Complementar nº 28, de 02 de maio de 2.007 que institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, faz compilação de Leis, revoga Leis e dá outras providências. A vereadora Ivete diz que agora vai ficar mais claro para os professores que não perdem mais a regência. O vereador Ivo diz que também é favorável, parece que foi favorável aos professores, porque nós temos duas professoras aqui e parece que vem em benefício dessa classe, então é favorável. Não havendo mais nada a discutir a Presidente coloca o projeto para sua primeira votação o qual foi aprovado por unanimidade. Após a Presidente solicita que a secretária faça as leituras das Atas dos Pareceres das

Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis e Veto e Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas do Projeto de Lei Nº 31/2.015 – Cria Preços Públicos pela utilização a título precário e por tempo determinado de espaços físicos e equipamentos do Parque Municipal de Eventos e dá outras providências. Após as leituras a Presidente coloca o projeto em discussão. O vereador Ivo diz ser favorável ao projeto, acha que é um espaço público então não pode ser explorado por empresas tendo lucro sem que haja o pagamento ao município, pois tem água, tem luz, enfim, tem diversos custos, até lhe parece que não é muito caro, setecentos reais por dia para a infra estrutura completa e tem também a questão dos treinamentos, talvez poderia ter uma diferenciação para os treinamentos quando há gasto com energia elétrica, se for a noite ou não, mas os preços não são fora, quando jogam futebol suíço pagam quarenta reais a hora e ocupam bem menos energia, então acha que não está fora, então é favorável a cobrança por este espaço público. A vereadora Ivanete diz só querer acrescentar que as entidades que foram cadastradas filantrópicas, elas tem o desconto de quarenta por cento. O vereador Celso diz que tem que se criar uma lei para o pessoal de fora que venha querer utilizar aquele espaço, porque o nosso pessoal daqui vai pagar menos ou talvez nem seja cobrado. O vereador Luiz diz que na verdade já debateram nas comissões e outra coisa que tem é que quem vai representar o município pode treinar até duas horas semanais de graça. O vereador Alcides diz que nenhuma entidade vai reclamar de pagar e tem que ser uma lei bem feita para que haja cobrança, tudo certinho e até nas comissões solicitaram que venha a prestação de contas a cada seis meses. O vereador Celso diz que durante seis meses talvez nem tenha muitos aluguéis, porque vai ser muito pouco locado, porque do nosso pessoal não vai ser cobrado. O vereador Sady diz também ser favorável, quem vai administrar aquilo lá tem que cuidar, se vai ter pessoas lá cuidando, isso vai dar polêmicas, porque quem vai estar ali cuidando por exemplo em um sábado para abrir porteira, ou coisa assim, é complicado, no mínimo vai ter que ter mais um para ficar lá cuidando, mas é favorável, pois tem que ter organização. Não havendo mais nada a discutir a Presidente coloca o projeto em sua primeira e única votação o qual foi aprovado por unanimidade. **PALAVRA LIVRE:** Todos os vereadores agradecem a presença dos visitantes e convidam os mesmos para participarem mais nas sessões e também agradecem a Deus por esta sessão. A Presidente agradece a presença de todos. Nada mais havendo a declarar a Sra. Presidente agradece a Deus por mais uma reunião da qual lavrou-se a presente ata. Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Piratuba/SC, em 11 de Agosto de 2.015.

Marli N.U. Buselato  
Presidente da Câmara

Ivete da M. de Azeredo  
Vice – Presidente

Ivo Weber  
Primeiro – Secretário

Sady Pereira da Costa  
Segundo - Secretário